

As teorias pedagógicas sobre a Avaliação e as práticas avaliativas no Ensino Superior

Marcella SANTOS¹
Prof.^a Esp. Isabella NATAL

RESUMO

A avaliação é um dos procedimentos mais significativos na atuação do professor. Através dela, ele consegue identificar, elaborar o seu trabalho e ter auxílio em como se aprimorar para que seus alunos consigam produzir conhecimento e se desenvolver como indivíduo. No decorrer do artigo, teremos como objetivos: promover uma reflexão sobre a relevância de avaliar; analisar conceitos da avaliação; expor a importância do avaliador/avaliado e refletir sobre o processo avaliativo no Ensino Superior. O referencial teórico será principalmente composto de obras de Luckesi, Hoffmann, Libâneo e outros. Ao relatarmos sobre a Avaliação, é evidente que ela precisa ser vista de forma ampla, posto que seu significado vai além de um mero registro documental. Avaliação é escolhermos os melhores recursos quando se trata de analisar os discentes. Dar atenção ao processo avaliativo é a parte fundamental para entendermos o real significado da palavra. É notório que o instrumento 'prova' avaliativa é um recurso de suma importância no decorrer da graduação, da qual muitos professores utilizam. Entretanto, docentes precisam desenvolver e aplicar em sala de aula métodos que realmente venham de encontro com as necessidades presentes e compreender que o desempenho dos alunos vai além de uma nota final.

PALAVRAS CHAVES:

Avaliação; Ensino; Ensino Superior

1. Introdução

É inegável a relevância da Avaliação no processo educativo. Os estudos acadêmicos sobre os processos avaliativos recomendam que a avaliação não deve ser um instrumento aplicado apenas no final dos ciclos, mas deve ser decorrente de um trabalho durante o ano letivo, um procedimento diário entre professor e aluno. "Avaliação é uma didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem." (LIBÂNEO, 1994, p. 95)

É necessário contextualizar a situação em que o aluno vive. Enquanto alguns discentes possuem um ritmo de estudo, seja dentro ou fora da escola, há outros que não possuem sequer o apoio familiar, o que gera transtornos ainda maiores, uma vez que é de suma importância a continuidade em casa do aprendizado orientado na escola. Para Luckesi (2011, p. 29), "é preciso compreender quem é o educando e como ele se expressa, a fim de, conseqüentemente, definir

¹ SANTOS, Marcella. Estudante de Licenciatura em Letras nas FIRA (Faculdades Integradas Regionais de Avaré) Avaré-SP, 2020, marcellasantos00@hotmail.com

como atuar com ele para auxiliá-lo”. É necessário ter em foco que o modo de como o professor avalia gera inúmeros problemas para com o aluno. Ter a visão ampla para métodos de avaliação faz com que tanto professores quanto alunos saibam onde estão os pontos positivos e negativos para que juntos trilhem um mesmo caminho: uma avaliação justa.

Estamos diante de classes heterogêneas. Não há argumento mais significativo que esse para darmos atenção correta para um dos temas cruciais dentro do campo escolar: a avaliação. Partindo desse pressuposto, a avaliação precisa e deve ser vista como ponto importantíssimo, mas não mais que o próprio aluno e seu desenvolvimento. Docentes não devem e não podem avaliar apenas pela prova tradicional, uma vez que minimizamos o domínio e a competência de nossos alunos. Percebamos que os problemas não são apenas em escolas de ensino infantil, fundamental e médio. Segundo Hoffmann (2011, p. 10), “é essencial e urgente o repensar do significado da ação avaliativa da educação infantil à universidade”.

A dificuldade que se encontra no ensino superior se refere à pressão que se aplica em sala de aula; quando o docente apenas lança o conteúdo sem ao menos perceber se seu aluno está absorvendo e compreendendo. Isso conduz o aluno à frustração acadêmica, visto que, muitas vezes, ele acabara de sair do ensino médio, sendo assim, já tem a sua capacidade intelectual e seus conhecimentos em si, então, o momento de avaliação, para alguns, segue por uma linha mais tensa, uma vez que, cada discente tem uma bagagem e conceitos diversos do que é uma avaliação. Para os alunos, o momento de avaliação (entende-se provas e exames) é visto como momento de tensão e, muitas vezes, não conseguem realizar tais provas de forma exímia, acarretando problemas relacionados às suas médias no ano letivo.

No decorrer do artigo teremos como objetivos: 1) promover uma reflexão sobre a relevância de como se avaliar; 2) analisar alguns conceitos da avaliação; 3) expor a importância do avaliador/avaliado – professor e aluno e 4) refletir sobre o processo avaliativo no Ensino Superior. O referencial teórico será principalmente composto de obras de Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann e José Carlos Libâneo.

2. Conceito de avaliação

Em nosso cotidiano, estamos sujeitos a realizar avaliações e sermos avaliados. Na escolha de algo para presentearmos ou para adquirirmos, na decisão para escolher um restaurante, um filme para assistir. Diariamente estamos fazendo escolhas e utilizamos de métodos para avaliá-las e assim, com que possamos tomar decisões, trazendo resultados positivos ou negativos.

Significa refletir para mudar, para tentar melhorar nossas vidas. Fazemos isso todo o dia, todo o tempo, sem programações ou registros formais sobre nossos descaminhos até então. Tentamos várias vezes descobrir melhores soluções para um determinado problema e amadurecemos a partir de algumas tentativas frustradas. (HOFFMANN, 1993, p. 186)

Segundo o dicionário Dicio, avaliação é “Ato de avaliar, de mensurar ou determinar o valor, o preço, a importância de alguma coisa. Sinônimos: parecer, opinião, julgamento, análise, observação, cálculo, exame, prova, teste”. E por meio da avaliação conseguimos administrar resultados. Sabe-se que a avaliação faz parte do desenvolvimento escolar e está presente desde os tempos passados, vista, muitas vezes, apenas como um exame avaliativo e assim, uma medida do conhecimento dos alunos. Uma folha preenchida pelo aluno para medir o seu grau de “inteligência”, o que mostra que infelizmente estamos mais atentos às aprovações e reprovações em si do que para ensinar de fato alunos. Para Luckesi (2003 p.18), “o nosso exercício é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem”.

A dicotomia educação e avaliação é uma grande falácia. São necessárias a tomada de consciência e a reflexão a respeito desta compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados, porque ela veio se transformando numa perigosa prática educativa. A avaliação é essencial à educação. (HOFFMANN, 2011 p. 15)

O discente é colocado em um espaço onde é preciso assimilar todos os conteúdos sugeridos, mas nem sempre são levados a fundo, fazendo com que alguns não sejam assimilados da forma que deveriam ser, assim, ficando apenas no ensino unilateral: professor transmite, ensina, o aluno aprende, mas não compreende por completo, conseqüentemente não reproduz no momento do exame. Para Luckesi (2001, p. 61), “o ensino unilateral é uma problemática do ensino tradicional, ainda hegemônico em nossas escolas”. Nesse ensino tradicional, temos apenas o professor como real e principal transmissor do conhecimento, quase de maneira mecânica, e não se abre para o posicionamento do aluno, o que acarreta em outro problema: “esse fator impede os alunos de serem criativos, reflexivos e questionadores” (BEHRENS, 2005, p. 46).

Para Luckesi (2011), a avaliação precisa ser vista como uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem. Então, a partir dessa coleta, o professor pode decidir como trabalhar em sala de aula. Mas por uma perspectiva mais plena da palavra, avaliar é diagnosticar, verificar o andamento referente ao processo ensino-aprendizagem, de forma que a avaliação passa a ser vista como dinâmica. Ou seja, o professor precisa ter a responsabilidade de mediar o que o aluno conseguiu absorver ou não, e por meio de diversos

métodos tentar ao máximo extrair de seus alunos algo que para eles sejam de forma positiva para seu crescimento e conhecimento acadêmico.

Notamos que o ato de avaliar não é um processo simples, e é necessário nomear essas linhas tênues da Avaliação Educacional.

Há algumas décadas, no Brasil, quando nos referíamos à avaliação, tratava-se, quase que exclusivamente, da avaliação da aprendizagem feita em sala de aula pelo professor para verificação do que os alunos haviam aprendido. Hoje, quando se fala de avaliação faz-se necessário adjetivá-la, caracterizando-a. (ARCAS, 2003).

Hoje em dia, a avaliação é vista como parte estrutural do processo educativo, como forma de auxiliar educadores em seu desenvolvimento, como Avaliação Diagnóstica, Avaliação Formativa e Avaliação Somativa.

2.1 Avaliação diagnóstica

Nesse tipo de avaliação, o professor precisa, de início, extrair o máximo de informações sobre o processo de aprendizagem de seus alunos. Nesse momento é necessário verificar, de forma geral, como seu aluno se expressa, quais são suas dificuldades e facilidades, pois é através desses resultados que o docente poderá rever suas estratégias de ensino. Para o professor, ter esse diagnóstico é ter um norte. A Avaliação diagnóstica será, com certeza, um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia, situação que lhe garantirá sempre relações de reciprocidade (Luckesi, 2002, p. 44).

Podemos dizer que é de grande relevância a interação de discente com o docente, pois é a partir do que o aluno mostra em seu dia a dia, auxiliará para que o docente consiga trabalhar e elaborar uma maneira de avaliação que beneficiará o próprio aluno, extraindo o que de melhor o educando possa apresentar.

2.2 Avaliação Formativa

Após o diagnóstico, conhecendo as necessidades dos alunos, professores desenvolvem os seus objetivos e redirecionam seus trabalhos. É no decorrer desse período que se intitula a segunda variação da Avaliação: a Formativa. Essa avaliação “é efetivada com objetivo de ajudar o aluno a aprender e a se desenvolver” (PERRENOUD, 1999, p. 96).

É nesse momento que o docente avalia como se deu o processo de ensino-aprendizagem e repensa suas estratégias. Dada uma aula sobre determinado assunto, o professor pode utilizar

de questões avaliativas. Exemplificando: atividades pós conteúdo com finalidade de verificar como foi a capacidade do aluno em absorver sobre a matéria exposta, trabalhos em grupos, confecção de cartazes, debates em sala de aula etc. Durante todo esse processo, é de suma importância a presença do professor, uma vez que a interação professor-aluno gera resultados. A devolutiva do discente é outro fator significativo nessa Avaliação Formativa, dado que é uma continuidade dos objetivos propostos na avaliação anterior. Perrenoud (1999, p. 96) explica que "(...) a avaliação formativa demanda uma relação de confiança entre alunos e professores". Ter o feedback dos educandos é uma maneira do docente avaliar se os modos como ele propôs para si mesmo na Avaliação Diagnóstica tem desenvolvido em resultados positivos para ambos.

2.3 Avaliação Somativa

Como bem se entende, refere-se a somar números. Diferentemente das demais formas de avaliação, a Somativa tem como foco o resultado quantitativo do processo de aprendizagem, enquanto as demais citadas têm caráter qualitativo, dando mais ênfase à qualidade dos resultados. A Avaliação Somativa tem como finalidade de mensurar ou acompanhar o desempenho aluno por meio de seguidos resultados.

Para Hoffmann (1993, p.47), “a expressão medida, em educação, adquiriu uma conotação ampla e difusa”. Nesse ponto, é preciso reconhecer que a nota final atribuída pode muitas vezes não ser reflexo do que o aluno apresentou durante todo o trimestre, ou tempo pertinente. Nesse modelo de avaliação, a nota final do aluno não pode ser o ponto principal.

3. Relação Avaliador x Avaliado - Professor x Aluno

A avaliação possui grande importância no processo de ensino e aprendizagem, mas não se sobrepõe à interação do professor e aluno. Segundo Luckesi (2011, p. 29), é preciso compreender quem é o educando e como ele se expressa, a fim de, conseqüentemente, definir como atuar com ele para auxiliá-lo em seu processo. Sendo assim, para o aluno conseguir seu desenvolvimento, é de grande relevância ter uma boa interação com seu educador/avaliador.

Em primeiro lugar, o educando é um sujeito em constante transformação dentro de uma sociedade e tem seu lugar e sua representatividade. Então, é à partir disso que ele entenderá que precisa se movimentar para conquistar os meios, independentemente de seu nível acadêmico, necessitando evoluir e interagir. Luckesi questiona:

Afinal, temos ajudado nossos educandos a perceber que, sendo indivíduos, também fazer parte de um todo, que precisa ser criativo e construtivo para dar conta das necessidades emergentes? Ajudar nossos estudantes a preparar-se para o futuro, bem como viver melhor no presente, significa investir efetivamente em sua aprendizagem para autoconstrução individual e coletiva. Será que temos feito isso em nossas aulas e práticas escolares? (2011, p. 33)

A avaliação que ocorre em sala de aula costuma ser uma junção de dois fatores: algo a se fazer (ação) e alguém para realizar (execução). E é inegável que o papel do educador é fundamental nessa evolução. Ele tem o discernimento e a função de executar as ações, separando assim, a responsabilidade do educador e do educando.

A relação entre ambos é vista como dois sujeitos, tendo cada um com um papel específico (LUCKESI, 2011, p. 133). Um tem a incumbência de possibilitar o conhecimento e dar suporte; enquanto o outro, de aprender para seu desenvolvimento.

Importante destacar que o educador em sala de aula é como um líder, conseqüentemente o aluno será liderado, mas não podemos deixar que isso soe de maneira deturpada e autoritária. De acordo com Luckesi (2011, p. 134), “tem a autoridade própria de sua condição, o que não quer dizer autoritarismo”. Não se pode exigir um vínculo profundo com professores, mas uma afinidade e afetividade deve ser mantida em sala de aula, visto que, muitos educandos passam a maior parte do tempo no ambiente escolar, convivendo até, mais com os próprios educadores.’

É preciso reconhecer que, desde a educação infantil, essa afetividade é ou deveria estar presente. Piaget (1988, p. 41) explica que:

o sentimento que a criança tiver experimentado no passado, na família e com os professores, orientará os sentimentos futuros. (...) Portanto, a afetividade na fase escolar e na adolescência do educando se apoia na direta relação afetiva dos pais e professores.

Evidente que não se pode cobrar do professor a atenção que os pais dão em casa, mas é possível quebrar uma barreira, ter uma interação mais efetiva, o que será benéfico para o rendimento dos alunos, com experiências trocadas, enriquecidas e vividas (CHALITA, 2001, p. 248).

Jussara Hoffmann (2011), em “A Avaliação: um monstro de várias cabeças”, questiona por que se sustenta uma prática educativa que se compõe de uma folha, ou muitas, um tempo cronometrado, um silêncio absoluto e o “semestre em jogo”, coisas que trazem tanto medo. É tanta pressão, tanta cobrança para uma avaliação, que muitas vezes, o conteúdo pode até ter sido assimilado pelo discente no decorrer que ele foi ministrado, mas essa exigência gera uma barreira, um bloqueio que o prejudica, não só ali em sua vida acadêmica, mas também seu

psicológico: “muitos alunos não conseguem mostrar, nessas situações o que tinham aprendido ou o que sabem, prejudicados pela ansiedade” (BZUNECK E SILVA, 1989, p. 196).

Dragões, monstros de várias cabeças, guilhotina, túneis escuros, labirintos e carrascos... são expressões como essas que os próprios professores relacionam a avaliação; palavras pejorativas e de cunho negativo, que fazem com que esse processo seja visto sempre como algo ruim e desagradável (HOFFMANN, 2011, p. 13).

É preciso reconhecer que a avaliação em seus métodos tradicionais gera ansiedade e tolhe a própria capacidade cognitiva que o instrumento pretende “medir”.

Pela Avaliação, nós professores, muitas vezes, “matamos” nossos alunos, matamos a alma bonita e jovem que eles possuem, reduzimos sua criatividade, seu prazer, sua capacidade de decisão. E a seguir, reclamamos que nossos alunos não são criativos. Como poderão ser criativos, se estivermos, permanentemente, a estiolá-los aos poucos como nosso autoritarismo arbitrário? (LUCKESI, 2003, p. 76)

Infelizmente, todos já tiveram a experiência com um docente que enxerga a avaliação como um momento de castigar. Para Luckesi (2002, p. 49), “são práticas pelas quais o professor cria um clima de medo, tensão e ansiedade entre os alunos”. O desenvolvimento do aluno diante de uma “prova” está muito relacionado ao seu estado emocional.

Para Vasconcellos (1995, p. 37) “A prática da avaliação escolar chega a um grau assustador de pressão sobre os alunos, levando a distúrbios físicos e emocionais: mal-estar, dor de cabeça, “branco”, medo, angústia, insônia, decepção, introjeção de autoimagem negativa”.

Por esse fundamento, o professor deve ter um equilíbrio, saber perceber esses anseios dos alunos e entender que, em determinado momento, o aluno pode não conseguir o sucesso na avaliação.

Os problemas emocionais costumam manifestar-se em forma de ansiedade ou angústia, acompanhadas de manifestações de tristeza, choro, retraimento social, dificuldades de estabelecer relações satisfatórias, desinteresse acadêmico, dificuldades de concentração, mudanças no rendimento escolar e relação (...) A gravidade desses problemas hormonais é muito variável. (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2007, p. 115)

Outro ponto responsável por aumentar a tensão do discente é quando o professor seleciona um determinado aluno para ser a “base”, tê-lo como referencial, separando os alunos por categorias, o que produz desconforto e insegurança, já que muitos são medidos pelo “aluno nota dez”, aluno ideal definido subjetivamente pelo professor.

Hoffmann (2011, p. 43) explica:

Algumas vezes convivemos com professores que só corrigem os trabalhos após tê-los todos em mãos. Dizem inclusive, precisar de uma “base” para “dar a nota”. Essa

referida base é justamente a necessidade de comparar os alunos, encontrar o trabalho nota 10, como ponto de partida na classificação dos demais. Curiosamente, a arbitrariedade desse procedimento parece ser resultante de uma necessidade de o professor colecionar dados preciosos do aluno, sem se dar conta de que a imprecisão e a injustiça ocorrem justamente devido ao uso equivocado da medida em educação.

A sala de aula, em si, já é complexa. Não se pode medir um aluno por outro. Não é justo termos alguém como uma base. Aliás, para Hoffmann (2011), nem todos os fenômenos podem ser medidos, e a inteligência também não poderia.

Levando em conta o emocional dos discentes em momentos de avaliação, os docentes precisam ter atenção dobrada com as ações, até mesmo na chegada à sala de aula. Para Luckesi (2011) importa estarmos em clima amistoso, ou seja, acolhedores e seguros da nossa ação, para que, assim, os alunos não sintam tanta a pressão. É preciso vivenciar o momento como aula normal, não deixar um clima de medo ou afligi-los, visto que nesses dias de avaliações o aluno já fica mais ansioso.

Os alunos têm receio de perguntar e tirar dúvidas durante a aplicação de uma prova, então, é de suma importância o diálogo com o professor. Entretanto, o professor precisa ter o relacionamento e a conversa nesse período. É necessário dirimir as dúvidas previamente ao início do processo de responder as questões, assim como no tempo em que durar a aplicação do instrumento. “O educador é um parceiro dos educandos e não um inimigo ou um inquisidor” (LUCKESI, 2011, p. 371).

Luckesi defende que o aluno não deve ser julgado e rebaixado. “Outro cuidado que deve ter em relação às avaliações, são as correções. Todos nós erramos. Importa corrigir para reorientar (...) o estudante vem para a escola para aprender” (LUCKESI, 2011, p. 373).

Aliás, os alunos precisam saber o porquê, o como e a finalidade da avaliação. O docente deve, desde a elaboração de sua avaliação, ter a coerência, ou seja, aplicar em seu método avaliativo aquilo que conduziu em sala de aula.

Luckesi (2011, p. 175) elucida:

A avaliação da aprendizagem está à serviço desse projeto de ação e configura-se como um ato de investigar a qualidade da aprendizagem dos educandos, a fim de diagnosticar impasses e conseqüentemente, se necessário, propor soluções que viabilizem os resultados satisfatórios desejados.

Deve-se ressaltar que a prova, como instrumento avaliativo, não é a única maneira do professor determinar o desempenho e designar uma nota para o aluno. Como já fora citado no decorrer deste trabalho, o docente deve expandir os meios e instrumentos para que possa avaliar em sala de aula.

Para Luckesi (2011, p. 176), “a avaliação, em si, é dinâmica e construtiva, e seu objetivo, no caso da prática educativa, é dar suporte ao educador (gestor da sala de aula), para que aja da forma mais adequada possível, tendo em vista a efetiva aprendizagem por parte do educando.”

A prova dissertativa, objetiva ou oral são as mais tradicionais, tendo seu tratamento como defasado, mas ainda podem contribuir para uma avaliação global, desde que o docente tenha o olhar mais amplo, desta maneira, abandonando formas opressoras e buscando avaliar por meios mais formativos.

Além das avaliações mencionadas, outras alternativas são colocadas diante do docente como instrumentos de avaliação: interação durante à explanação, uso de argumentos nas participações e interesse pelo assunto em pauta; contribuição de conteúdos para o aprimoramento individual ou geral com determinado tema; trabalhos – sejam individuais ou coletivos; seminários, atividades para se realizar em domicílio; organização do material didático etc. São essas as diversas maneiras também de se avaliar o aluno. Para Luckesi (2011, p. 177), “instrumentos adequados e satisfatórios produzirão resultados adequados e satisfatórios; instrumentos inadequados e insatisfatórios, porém, produzirão resultados enganosos”.

Luckesi (2011) lamenta que nossas escolas mais pratiquem exames que avaliações de aprendizagem. Os dois devem e estão presentes no meio acadêmico, devemos utilizá-los, entretanto, não os confundir.

Luckesi (2011, p. 181) aponta:

Na escola brasileira – pública ou particular, de ensino fundamental, médio e superior -, praticamos predominantemente exames escolares, em vez de que avaliação; todavia, de forma inadequada, usamos o termo “avaliação” para denominar essa prática. Nos últimos 70 anos, fora do Brasil como dentro dente país, vagarosamente, fomos transitando do uso da expressão examinar a aprendizagem para o uso de avaliar a aprendizagem dos estudos, porém, na prática, continuamos a realizar exames – ou seja, mudamos a denominação sem mudar a prática. Então, nos dias atuais, em nossas escolas, efetivamente anunciamos uma coisa – avaliação – e fizemos outra – exame, o que revela um equívoco tanto no entendimento quanto na prática.

4. Avaliação no Ensino Superior

No ensino superior, também não é uma incumbência simples afastar as práticas avaliativas das perspectivas tradicionalistas. Não é fácil para o docente desenvolver uma atividade avaliativa em meio a uma sala universitária.

É preciso ter em primeiro plano a compreensão do perfil dos discentes que chegam à esse nível acadêmico, independentemente da escolha do curso, visto que muitos acabaram de sair de seu último ciclo de formação (ensino médio) e almejam, nesse momento de estudo,

alcançar e aprimorar seus conhecimentos para sua evolução e independência como ser e também em sociedade.

Luckesi (2011) diz que o avaliador deve observar e ampliar sua capacidade de estar atento a fatos essenciais de avaliação. Ou seja:

Todos os instrumentos de coleta de dados para a avaliação da aprendizagem hoje existentes e utilizados em nossas escolas ou fora delas – testes, questionários, redação, monografia, entrevista, arguição oral tarefas, pesquisas bibliográficas, relatórios de atividades, demonstração em laboratório, relatório de pesquisas, participação em seminários, apresentações públicas, utilização de simuladores ... – em si, são úteis para o exercício da prática avaliativa da aprendizagem. (...) Todos esses instrumentos são úteis e podem ser utilizados. Contudo, o que devemos observar é se os instrumentos que estamos utilizando são adequados aos nossos objetivos e se apresentam qualidade metodológicas necessárias de um instrumento satisfatório de coleta de dados para a prática da avaliação da aprendizagem. (304-305)

Não obstante, em uma sala de graduandos é necessário que os docentes inovem, se modernizem, tanto para ministrar suas aulas como para realizar avaliações diversificadas. De fato, as formas de verificação da aprendizagem são de responsabilidade do professor e ele entende qual a melhor maneira para tal, mas o docente precisa se atualizar e contextualizar o momento em que vivemos e dar oportunidade para o novo.

O professor deve aplicar as avaliações visando sempre o seu aluno. Então, mesclar os métodos e instrumentos pode ser um ponto importante para que o avaliador possa observar “o ‘desempenho do educando’ em sua aprendizagem” (LUCKESI, 2011, p. 301). Sendo assim, em seu cotidiano o professor avalia e, dessa maneira, chega ao final de um ciclo com um montante significativo de informações e registros, para, assim, atribuir uma síntese, um conceito (ou uma nota) satisfatória e cabível com todas as verificações efetuadas.

A questão dos instrumentos de coleta de dados para a avaliação, tanto do ponto de vista de sua adequação quanto de sua satisfatoriedade metodológicas, não é de somenos importância, como por vezes se acredita, mas constitui tema fundamental, pois são esses recursos que nos permitem observar com justeza a realidade da aprendizagem dos educandos. Um instrumento insatisfatório, que distorça a leitura da realidade, pode trazer consequências até mesmo grave para a vida humana. (LUCKESI, 2011, p. 307)

4.1 O instrumento “prova”

O recurso mais tradicional e utilizado para função avaliativa é nomeado de “prova”, e é uma das coisas que mais geram tensão ante os alunos, inclusive no ensino superior. “A espera, a cobrança pessoal e social, a competição para a prova são alguns fatores que fazem com que um processo seletivo se torne estressante e gerador de diversos efeitos negativos.” (KARINO, 2010, p. 25).

A ferramenta citada tem a finalidade de, por meio de perguntas pré-estabelecidas pelo professor, requerer as respostas, necessitando que os discentes utilizem seu conhecimento sobre o assunto e dissertem (prova escrita) ou assinalem respostas específicas (prova objetiva). Luckesi (2011, p. 310) diz que, “no caso da avaliação da aprendizagem, nossos instrumentos de coleta de dados se não forem adequados e satisfatoriamente elaborados, podem enganar-nos”. É esperado do professor também um olhar atencioso para as respostas dissertativas, pois é nesse momento que o aluno consegue se expressar, resumir e transparecer suas respostas sobre o tema proposto.

Nesse momento, é de suma importância que o professor tenha consciência e entenda o processo que levou o aluno a produzir e entender o seu texto, visto que, muitas vezes, o aluno se expressou de uma maneira que não é do agrado do professor, e assim, quem corrige, no caso o docente, tende a colocar como incorreto e incoerente, mas, para Hoffmann (2011), compreender as dificuldades encerra um princípio de “descentração” – que é ver as coisas do ponto de vista dos outros. Então, é necessário que o professor percorra os caminhos que o aluno trilhou para compreendê-lo por completo.

4.2 Seminários

O seminário é outro instrumento muito comum, sobretudo no Ensino Superior, para a prática de avaliação. Por meio de uma apresentação oral, o professor observa se o aluno consegue (re)formular os conceitos estudados; se elabora meios práticos de apresentação; se consegue transmitir de forma clara o assunto; se sabe se portar perante um público, sua oralidade e sua postura, dentre outras coisas. No Ensino Superior, os seminários, ou as “regências” nos cursos de licenciatura, são solicitados com certa frequência, uma vez que não só agregam conhecimento e avaliação, mas colocam os alunos no centro do processo de ensino e aprendizagem.

A interação entre professor e aluno como troca de saber e participação social no ambiente de aprendizado possibilita o exercício contínuo de ambos para com o exercício de criticidade, elemento importante na formação profissional do aluno do ensino superior, do professor como maestro que desempenha o papel de avaliador e da gestão que se configura como espaço de auto avaliação para o planejamento e transformação do cotidiano educacional como um todo. (CARBONESI, 2013, p. 4)

A insegurança e a tensão vivenciadas pelos alunos perante um público (a turma e o professor) devem ser encaradas pelo professor numa perspectiva formativa, reconhecendo os pontos positivos e negativos da apresentação, para apontá-los como forma de correção e não punição.

Para tanto, é importante o empenho por parte do professor para que não haja a concepção de distanciamento entre o aluno e o procedimento avaliativo proposto pela prática pedagógica em curso. É necessário que o aluno se sinta engajado e comprometido com a possibilidade de reconhecimento de potencialidades e fraquezas, como também, da possibilidade de ação integrada entre professor e aluno com o objetivo de melhorar o contexto do processo avaliativo no todo ou em partes. (CARBONESI, 2013, p. 4)

É imprescindível que o docente apresente previamente aos alunos como avaliará a apresentação. Uma planilha avaliativa com os pontos que o docente julga serem necessários para a realização por completo da apresentação, tais como: 1) objetos foram expostos; 2) conhecimento do item; 3) apresentação; 4) conteúdo; 5) fontes de informação, 6) criatividade, 7) uso do tempo; e 8) considerações finais. Isso fará com que o aluno se preocupe com a qualidade do seu trabalho e reconheça os pontos em que pode melhorar; além disso, o professor tem como base critérios justos e equivalentes para toda a sala de aula.

4.3 Rodas de Conversa e Relatórios

A “Roda de Conversa” é uma metodologia que pode ser interessante para professores e alunos. Sua aplicação rompe com a disposição tradicional da classe com cadeiras organizadas e enfileiradas e cria um ambiente descontraído, para que os educandos consigam se expressar de forma mais natural.

Com essa interação em sala de aula é possível se ter uma expressão maior, uma maneira de expor opiniões e troca de experiências, visto que alunos se sentem mais confortáveis em se manifestar. Então, a partir dessa forma natural e fluida, é posto em questão um assunto e começa então uma partilha: lugar de fala, de interação, momento de pesquisa.

A roda de conversa é, no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão. E, na verdade, um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões. (MOURA, LIMA, 2014, p. 2)

Como nos seminários, é pertinente também o docente ter critérios para avaliação de uma roda de conversa, como: 1) participação 2) argumentação 3) respeito ao lugar de falar são alguns dos critérios que podem ser utilizados nessa verificação. Outra forma comum também de se avaliar uma atividade dessa natureza é solicitar aos participantes a produção de relatório.

Além de se constituir como um instrumento de avaliação é claramente um factor de aprendizagem uma vez que o aluno tem de aprender a registar por escrito o seu pensamento, a articular ideias e explicar procedimentos, ao mesmo tempo que critica os processos utilizados, avalia os desempenhos do grupo e o produto final. (MENINO; SANTOS, 2004, p. 4)

Da mesma forma, o relatório deve ser analisado pelo docente a partir de critérios pré-definidos, como: 1) organização do texto 2) resumo 3) exposição e 4) argumentação; para que o professor possa repensar suas estratégias e o aluno saiba onde estão seus pontos favoráveis e desfavoráveis.

4.4 Prova Multidisciplinar

Como já se entende pela nomenclatura, a avaliação multidisciplinar abrange todas as disciplinas de um curso. Nas Faculdades Integradas Regionais de Avaré, por exemplo, utiliza-se a Prova Multidisciplinar como um meio avaliativo do conhecimento do aluno durante o semestre. Esse meio de verificação é posto para avaliar o conhecimento do aluno e auxiliar em seu resultado semestral, dado que, conforme o seu desempenho, lhe é atribuído uma pontuação para acrescentar em sua nota final. Para tanto, para esse método ser concretizado por completo, o aluno precisa ter atenção e responsabilidade.

5. Considerações Finais

Ao relatarmos sobre a Avaliação, é evidente que precisa ser vista e compreendida de forma mais ampla, posto que seu significado vai muito além de uma folha intitulada como prova. A avaliação é escolhermos os melhores recursos para conhecer e compreender a aprendizagem dos discentes. Dar atenção ao processo avaliativo em si e não somente aos resultados, sejam positivos ou negativos, é a parte fundamental para entendermos o real significado da palavra e sua finalidade.

Sobre os meios avaliativos apresentados no referido artigo, é interessante salientar que são recursos corriqueiros e que predominam no decorrer da graduação, visto que muitos professores os utilizam. Entretanto, é necessário manifestar que esses instrumentos avaliativos precisam passar por uma reformulação para que sejam desmistificados e para que haja, então, uma diversificação nas verificações aplicadas em sala de aula.

É preciso ser colocado em pauta, e mais ainda, colocados em prática, métodos que realmente venham de encontro com as necessidades presentes em nossas salas de aula, como as citadas acima, e compreender que o desempenho dos alunos vai além de uma nota final. A avaliação é uma verificação que deve ser constante, tanto para o auxílio do professor, quanto para o aprimoramento do aluno.

Referências

- ARCAS, Paulo Henrique; SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. **Avaliação da aprendizagem no regime de progressão continuada: o que dizem os alunos**. 2003. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma emergente e a prática pedagógica**. 4ª Edição, Curitiba, PR: Editora Universitária Champagnat. 2005.
- BZUNECK, José Aloyseo; SILVA, Rosangela. O problema da ansiedade nas rovas: perspectivas contemporâneas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, 31 jul. 1989. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9184> acesso em 26 mai. 2020.
- CARBONESI, Maria Anastacia Ribeiro Maia. O uso do seminário como procedimento avaliativo no ensino superior privado. **Anpae: Associação Nacional de Política e Administração da Educação**. Brasília/DF, 2013. Disponível em https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/MariaAnastaciaRibeiroMaiaCarbonesi_GT2_integral.pdf. Acesso em 30 mai 2020.
- CHALITA, Gabriel. **Educação: A Solução está no Afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2001.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos do Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DICIO, **Dicionário Online de Língua Portuguesa**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/avaliacao>. Acesso em 02 jun. 2020.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito e Desafio uma perspectiva construtivista**. 41ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.
- _____. **Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista**, 12 ed. Porto Alegre: Educação e realidade, 1993.
- KARINO, Camila Akemi. **Avaliação do efeito da ansiedade no desempenho em provas**. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em psicologia social, do trabalho e das organizações) – Universidade de Brasília. Brasília/DF. 2010. Disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6961/1/2010_CamilaAkemiKarino.pdf. Acesso em 01 jul de 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem**: componente do ato pedagógico. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. **Avaliação da Aprendizagem escolar**, 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Avaliação da Aprendizagem na Escola**: Reelaborando Conceitos e Recriando a Prática. 2º ed. Salvador: Malabares comunicação e eventos, 2003.

MENINO, Hugo; SANTOS, Leonor. Instrumentos de avaliação das aprendizagens em Matemática: o uso do relatório escrito, do teste em duas fases e do portefólio no 2º ciclo do Ensino Básico. **ResearchGate**. Lisboa. 01. Jan. 2004. Disponível em: <https://www.esev.ipv.pt/mat1ciclo/2007%202008/temas%20matematicos/Hugomeninols.pdf> Acesso em 03 jul de 2020.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **A reinvenção da roda: roda de conversa**: um instrumento metodológico possível. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014. Disponível em <https://search.proquest.com/openview/23ac2587640666ea1799b2197c7b1f00/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4514812>. Acesso em 03 jul de 2020.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da Excelência à regularização das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes médicas sul, 1999.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro: Summus, 1988.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. São Paulo: Libertad, 1995.